

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2015 e 2014

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório da Diretoria | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 4 |
| Balanços patrimoniais | 6 |
| Demonstrações de resultados | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações de fluxos de caixa - Método Indireto | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |

BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados senhores:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei nº 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil.

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (“Banco DLL”) fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de “Vendor Finance”.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, o Banco DLL empregou esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito, em sua maioria com recursos oriundos dos programas do BNDES, no montante total de R\$ 471 milhões. Adicionalmente, atuou no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas usados e concedeu também, empréstimos para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas, no montante de R\$ 137 milhões.

Alinhado ao desenvolvimento do país e em linha com a estratégia de crescimento e de diversificação de produtos, o Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - “Construction, transportation & Industrial”, Equipamentos de Informática e Softwares- “Office & Technology” e Equipamentos Médico-Hospitalares - “Health Care”, atingindo um volume total de liberação de crédito total de cerca de R\$ 62 milhões.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2015.

A Diretoria,



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria do
Banco De Lage Landen Brasil S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3 g. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099 /74, para as rubricas do ativo circulante e realizável em longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| Ativo | 2015 | 2014 | Passivo | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| Circulante | <u>2.074.353</u> | <u>2.104.592</u> | Circulante | <u>1.505.800</u> | <u>1.739.991</u> |
| Disponibilidades | <u>90</u> | <u>236</u> | Obrigações por empréstimos (Nota 8) | <u>165</u> | <u>159.816</u> |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4) | <u>512.406</u> | <u>438.092</u> | Empréstimos no país - outras instituições | 165 | 49.384 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | - | 123.177 | Empréstimos no exterior | - | 110.432 |
| Aplicações no mercado aberto | 512.406 | 314.915 | Obrigações por repasse do País - instituições oficiais (Nota 9) | <u>1.315.524</u> | <u>1.316.240</u> |
| Relações interfinanceiras | <u>6.237</u> | <u>10.586</u> | FINAME/BNDES | 1.315.524 | 1.316.240 |
| Correspondentes no país | 6.237 | 10.586 | Instrumentos financeiros derivativos (nota 5) | <u>-</u> | <u>16.604</u> |
| Operações de crédito (Nota 6) | <u>1.489.149</u> | <u>1.563.064</u> | Instrumentos financeiros derivativos | - | 16.604 |
| Setor privado | 1.623.230 | 1.675.638 | Outras obrigações | <u>190.111</u> | <u>247.331</u> |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (134.081) | (112.574) | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 80 | 175 |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 6) | <u>(11.319)</u> | <u>(13.206)</u> | Fiscais e previdenciárias (Nota 11a) | 34.829 | 41.990 |
| Arrendamentos a receber - Setor privado | 106.906 | 165.936 | Diversas (Nota 11c) | 155.202 | 205.166 |
| Rendas de arrendamentos a apropriar - Setor privado | (105.484) | (164.719) | Exigível a longo prazo | <u>3.051.017</u> | <u>3.316.017</u> |
| Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa | (12.741) | (14.423) | Obrigações por repasse do País - Instituição oficiais (Nota 9) | <u>2.956.611</u> | <u>3.165.638</u> |
| Outros créditos | <u>71.832</u> | <u>102.718</u> | FINAME/BNDES | 2.956.611 | 3.165.638 |
| Créditos por avais e fianças honradas (nota 6) | 2.506 | 2.876 | Obrigações por empréstimos (Nota 8) | <u>396</u> | <u>390</u> |
| Rendas a receber | 3.971 | 2.501 | Empréstimos no país - outras instituições | 396 | 390 |
| Créditos tributários (Nota 11) | 41.772 | 92.986 | Outras obrigações | <u>94.010</u> | <u>149.989</u> |
| Diversos (Nota 7) | 25.871 | 7.148 | Fiscais e previdenciárias (Nota 10a) | 19.505 | 29.568 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 6) | (2.288) | (2.793) | Diversas (Nota 10c) | 74.505 | 120.421 |
| Outros valores e bens | <u>5.958</u> | <u>3.102</u> | Resultados de exercícios futuros (Nota 13) | <u>22.297</u> | <u>5.769</u> |
| Outros valores e bens | 9.529 | 6.404 | Resultado de exercícios futuros | 22.297 | 5.769 |
| Provisão para desvalorização | (3.640) | (3.640) | Patrimônio líquido (Nota 14) | <u>814.116</u> | <u>770.665</u> |
| Despesas antecipadas | 69 | 338 | Capital: | | |
| Realizável a longo prazo | <u>3.023.108</u> | <u>3.198.033</u> | De domiciliados no país | 456.751 | 456.751 |
| Operações de crédito (Nota 6) | <u>2.874.989</u> | <u>3.055.681</u> | De domiciliados no exterior | 16 | 16 |
| Setor privado | 2.987.932 | 3.166.756 | Reserva de lucros | 357.349 | 313.898 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (112.943) | (111.075) | | | |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 6) | <u>(2.372)</u> | <u>(3.429)</u> | | | |
| Arrendamentos a receber - Setor privado | 82.982 | 132.548 | | | |
| Rendas de arrendamentos a apropriar - Setor privado | (81.878) | (131.577) | | | |
| Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa | (3.476) | (4.400) | | | |
| Outros créditos | <u>150.491</u> | <u>145.781</u> | | | |
| Créditos tributários (Nota 11) | 150.491 | 145.781 | | | |
| Permanente | <u>295.769</u> | <u>529.817</u> | | | |
| Investimentos | <u>36</u> | <u>36</u> | | | |
| Outros investimentos | 36 | 36 | | | |
| Imobilizado em uso | <u>4.092</u> | <u>6.108</u> | | | |
| Outras imobilizações de uso | 9.476 | 11.054 | | | |
| Depreciação acumulada | (5.384) | (4.946) | | | |
| Imobilizado de arrendamento | <u>291.641</u> | <u>523.673</u> | | | |
| Bens arrendados | 432.784 | 615.660 | | | |
| Superveniência de depreciação | 147.882 | 244.126 | | | |
| Depreciação acumulada | (289.025) | (336.113) | | | |
| Diferido | <u>-</u> | <u>-</u> | | | |
| Gastos de organização e expansão | 2.328 | 2.328 | | | |
| Amortização acumulada | (2.328) | (2.328) | | | |
| Total do ativo | <u>5.393.230</u> | <u>5.832.442</u> | Total do passivo | <u>5.393.230</u> | <u>5.832.442</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| Receitas da intermediação financeira | <u>323.677</u> | <u>339.642</u> |
| Operações de crédito | 128.602 | 145.074 |
| Operações de arrendamento mercantil | 156.349 | 191.134 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 30.633 | 18.551 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 8.093 | (15.117) |
| Despesas da intermediação financeira | <u>(257.668)</u> | <u>(199.915)</u> |
| Operações de captações no mercado | - | (1) |
| Operações de empréstimos e repasses | (46.883) | (31.929) |
| Operações de arrendamento mercantil (Provisão)/reversão para créditos de liquidação duvidosa | (141.416) | (170.905) |
| | (69.369) | 2.920 |
| Resultado bruto da intermediação financeira | <u>66.009</u> | <u>139.727</u> |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | <u>(55.030)</u> | <u>(68.551)</u> |
| Receitas de prestação de serviços (Nota 15) | 12.983 | 34.314 |
| Despesas de pessoal (Nota 16) | (26.837) | (31.927) |
| Outras despesas administrativas (Nota 17) | (38.870) | (65.675) |
| Despesas tributárias (Nota 22 a) | (9.148) | (15.508) |
| Outras receitas operacionais (Nota 18) | 12.564 | 13.175 |
| Outras despesas operacionais (Nota 18) | (5.722) | (2.930) |
| Resultado operacional | <u>10.979</u> | <u>71.176</u> |
| Resultado não operacional | <u>(199)</u> | <u>(72)</u> |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | <u>10.780</u> | <u>71.104</u> |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 11) | <u>(3.963)</u> | <u>(28.171)</u> |
| Provisão para imposto de renda | (21.586) | (10.344) |
| Provisão para contribuição social | (4.477) | (8.243) |
| Ativo fiscal diferido | 22.100 | (9.584) |
| Lucro líquido do semestre | <u>6.817</u> | <u>42.933</u> |
| Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações | <u>456.767</u> | <u>456.767</u> |
| Lucro líquido por ação - R\$ | <u>0,01</u> | <u>0,09</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | <u>Capital Social</u> | <u>Reserva de lucros</u> | | <u>Lucros acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|
| | <u>Capital realizado</u> | <u>Legal</u> | <u>Estatutária</u> | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 456.767 | 15.964 | 255.001 | - | 727.732 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 42.933 | 42.933 |
| Destinação: | | | | | |
| Reserva legal (Nota 14 c) | - | 2.147 | - | (2.147) | - |
| Reserva Estatutária (Nota 14 e) | - | - | 40.786 | (40.786) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2014 | <u>456.767</u> | <u>18.111</u> | <u>295.787</u> | <u>-</u> | <u>770.665</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 456.767 | 19.942 | 330.590 | - | 807.299 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 6.817 | 6.817 |
| Destinação: | | | | | |
| Reserva legal (Nota 14 c) | - | 341 | - | (341) | - |
| Reserva Estatutária (Nota 14 e) | - | - | 6.476 | (6.476) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2015 | <u>456.767</u> | <u>20.283</u> | <u>337.066</u> | <u>-</u> | <u>814.116</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações de fluxos de caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------|-----------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido ajustado do semestre | 85.507 | 68.149 |
| Lucro líquido do semestre | 6.817 | 42.933 |
| Ajustes ao lucro líquido | | |
| Constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa e outros créditos | 69.369 | (2.920) |
| Depreciações e amortizações | 776 | 851 |
| Provisão para passivos contingentes | 4.383 | (958) |
| Varição créditos tributários | (22.100) | 9.584 |
| Resultado não operacional | 199 | 72 |
| Impostos de renda e contribuição social correntes | 26.063 | 18.587 |
| (Aumento)/redução nos ativos operacionais | 314.667 | 217.894 |
| Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários | 130.238 | (17.524) |
| (Aumento) em outras relações interfinanceiras e interdependências | (646) | (910) |
| Redução em operações de crédito | 74.499 | 158.779 |
| Redução em operações de arrendamento mercantil | 114.501 | 78.181 |
| Redução/(aumento) em rendas a receber | 2.080 | (672) |
| (Aumento)/redução em outros ativos | (6.005) | 40 |
| Aumento/(redução) nos passivos operacionais | (164.144) | (167.826) |
| (Redução) em empréstimos e repasses | (115.137) | (132.389) |
| (Redução) em outras obrigações | (52.183) | (1.921) |
| Contingências (utilizadas) | (823) | (1.050) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (13.862) | (29.951) |
| Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros | 17.861 | (2.515) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 236.030 | 118.217 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| (Aquisição) de imobilizado de uso | (290) | (3.275) |
| Baixa de imobilizado de uso | 693 | 205 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de investimento | 403 | (3.070) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Variações em instrumentos financeiros derivativos | 3.465 | 33.261 |
| (Redução) nos empréstimos do exterior | (144.682) | (13.456) |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (141.217) | 19.805 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 95.216 | 134.952 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | | |
| No início do semestre | 417.280 | 180.199 |
| No fim do semestre | 512.496 | 315.151 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 95.216 | 134.952 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 06 de março de 2002 e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembléia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 03 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002.

O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente o Banco atua no segmento de “Office & Technology”, direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, “Health Care”, que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de “Construction, Transportation and Industrial”, englobando as atividades de “Machine Tools” e “Materials Handling & Constructions”, que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico e no segmento de “Financial & Mobility Solutions” que visa oferecer produtos de leasing ao Banco Rabobank e bancos parceiros.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei n.º 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, dentro daquilo que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 26 de agosto de 2015, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração de resultados

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular n.º 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

Em 30 de junho de 2015 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. As operações com instrumentos financeiros derivativos registradas em 30/06/2014 não eram marcadas mercado, pois foram contratadas com o mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação de captação e não podiam ser negociadas antecipadamente ou liquidadas em separado da operação associada.

d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da Resolução n.º 2.682/99 do CMN.

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A Administração adota a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN.

Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nesses casos os juros param de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito.

As análises para concessão de acordos são realizadas de forma individual e levam em consideração o saldo devedor, a quantidade de parcelas, condições de solvabilidade do cliente e disposição dos clientes em efetuar a regularização de sua situação, para poder ter acesso a novos créditos.

e. Cessão de crédito

Em observância ao estabelecido na Resolução BACEN 3.533, de 31 de janeiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, que estabelece procedimento para classificação, registro contábil e divulgação de venda ou de transferência de ativos financeiros, os ativos financeiros adquiridos, com retenção substancial de risco e benefícios, a partir de janeiro de 2012, são registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, na rubrica de Outros Créditos, como direito a receber da instituição cedente, pelo seu valor de aquisição, sendo as receitas apropriadas pelo prazo remanescente da operação.

f. Avais e fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui provisão, baseada em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

g. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica “valores residuais e realizar”, tendo como contrapartida a conta de “valores residuais a balancear”, no grupo de operações de arrendamento mercantil.

O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais.

A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações a decorrer superior a 36 meses.

As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Caso as operações de arrendamento mercantil tivessem sido apresentadas nas rubricas de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de arrendamento mercantil, os saldos seriam apresentados como segue:

Banco De Lage Landen Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2015 e 2014

2015

| | Saldos nas Demonstrações Financeiras | Reclassificações | Saldos Reclassificados |
|--|---|-------------------------|-----------------------------------|
| Operações de arrendamento a receber | 2.526 | 159.305 | 161.831 |
| Ativo circulante | 1.422 | 89.688 | 91.110 |
| Ativo realizável a longo prazo | 1.104 | 69.617 | 70.721 |
| Imobilizado de arrendamento (2) | 282.636 | (282.636) | - |
| Perdas em arrendamentos a amortizar (2) | 9.005 | (9.005) | - |
| Outras obrigações - Diversas | | | |
| Credores por antecipação do valor residual (1) | 132.336 | (132.336) | - |
| Passivo circulante | 74.505 | (74.505) | - |
| Passivo exigível a longo prazo | 57.831 | (57.831) | - |
| Valor presente das operações de arrendamento mercantil | 161.831 | - | 161.831 |
| Resultado com operações de arrendamento mercantil | | | |
| Receitas de operações de arrendamento mercantil | 156.349 | (141.416) | 14.933 |
| Despesas de operações de arrendamento mercantil | (141.416) | 141.416 | - |

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.
- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 9.005 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 291.641.

2014

| | Saldos nas Demonstrações Financeiras | Reclassificações | Saldos Reclassificados |
|--|---|-------------------------|-----------------------------------|
| Operações de arrendamento a receber | 2.188 | 252.497 | 254.685 |
| Ativo circulante | 1.217 | 140.370 | 141.587 |
| Ativo realizável a longo prazo | 971 | 112.127 | 113.098 |
| Imobilizado de arrendamento (2) | 519.811 | (519.811) | - |
| Perdas em arrendamentos a amortizar (2) | 3.861 | (3.861) | - |
| Outras obrigações - Diversas | | | |
| Credores por antecipação do valor residual (1) | 271.175 | (271.175) | - |
| Passivo circulante | 150.754 | (150.754) | - |
| Passivo exigível a longo prazo | 120.421 | (120.421) | - |
| Valor presente das operações de arrendamento mercantil | 254.685 | - | (254.685) |
| Resultado com operações de arrendamento mercantil | | | |
| Receitas de operações de arrendamento mercantil | 191.134 | (170.905) | 20.229 |
| Despesas de operações de arrendamento mercantil | (170.905) | 170.905 | - |

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.
- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 3.861 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 523.673.

h. Ativo permanente

O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 e nº 113/86 do Ministério da Fazenda está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas de acordo com a vida útil do bem conforme legislação fiscal, e aceleradas em 30%, quando aplicável. Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a regulamentação do BACEN, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento é calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante é registrado na conta de insuficiência/superveniência de depreciação acumulada.

O ativo diferido está representado por gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo amortizado de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel. Conforme determina a legislação vigente, o saldo dos ativos diferidos será mantido até a sua total amortização e as novas aquisições serão registradas em contas de ativo intangível ou do imobilizado de uso.

i. Redução a valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

j. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido conforme legislação fiscal.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- (ii) Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

k. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

(i) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2015 e 2014.

Passivos contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização frequente.

São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável em que o “valor do risco de perda” pode ser determinado ou estimado de forma confiável.

(ii) Obrigações legais

Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração.

l. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos prazos de liquidação na data de contratação eram de até 90 dias.

m. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

n. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

o. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------|---------|
| No início do semestre | | |
| Disponibilidades | 443 | 1.177 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 416.837 | 179.022 |
| Total | 417.280 | 180.199 |
| No final do semestre | | |
| Disponibilidades | 90 | 236 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 512.406 | 314.915 |
| Total | 512.496 | 315.151 |

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2015 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2014 as operações com instrumentos financeiros derivativos eram representadas por operações de *swap*, utilizadas prioritariamente para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos.

As operações foram negociadas, registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos foram registrados em contas de compensação, e valores de mercado, em contas patrimoniais na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos”.

| | <u>2014</u> |
|--------------|-----------------------|
| | <u>Passivo</u> |
| Swaps | Valor de curva |
| Dólar x CDI | (16.604) |
| Total | (16.604) |

6 Operações de crédito

a. Composição das operações de crédito e arrendamento mercantil

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| Empréstimos | 102.068 | 135.515 |
| Financiamentos | 354.614 | 496.239 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 4.154.480 | 4.210.640 |
| Arrendamento Mercantil (1) | 161.831 | 254.685 |
| Avais e fianças honrados (vide Nota 22.b) | 2.506 | 2.876 |
| Títulos e Créditos a Receber (2) | 1.569 | 1.414 |
| Subtotal | 4.777.068 | 5.101.369 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (265.529) | (245.265) |
| Total | 4.511.539 | 4.856.104 |

(1) Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.g).

(2) Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrado na rubrica de outros créditos diversos (vide Nota 7).

b. Composição da carteira por tipo de cliente

| | 2015 | | 2014 | |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Carteira | Provisão | Carteira | Provisão |
| Pessoa física | 3.889.487 | (179.701) | 3.952.058 | (186.935) |
| Pessoa jurídica | 887.581 | (85.828) | 1.149.311 | (58.330) |
| Total | 4.777.068 | (265.529) | 5.101.369 | (245.265) |

c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

| | 2015 | 2014 |
|-----------------|------------------|------------------|
| Setor privado | | |
| Rural | 4.230.641 | 4.350.445 |
| Outros Serviços | 546.427 | 750.924 |
| Total | 4.777.068 | 5.101.369 |

d. Concentração dos maiores tomadores de crédito

| | 2015 | | | 2014 | | |
|----------------------|-----------|----------|--------------------------|-----------|----------|--------------------------|
| | % | | | % | | |
| | Valor | Carteira | Patrimônio de referência | Valor | Carteira | Patrimônio de referência |
| Maior | 27.702 | 0,58% | 3,40% | 30.585 | 0,60% | 3,97% |
| 10 maiores seguintes | 139.095 | 2,91% | 17,09% | 151.177 | 2,96% | 19,62% |
| 20 maiores seguintes | 121.312 | 2,54% | 14,90% | 127.024 | 2,49% | 16,48% |
| Demais | 4.488.959 | 93,97% | | 4.792.583 | 93,95% | |
| Total | 4.777.068 | 100,00% | | 5.101.369 | 100,00% | |

e. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| 2015 | | | | | |
|----------------|---------------------------|---------------------|-----------|------------------------------------|-----------|
| Nível de risco | Contratos em curso normal | Contratos em atraso | Total | Provisão mínima (Res. nº 2.682/99) | |
| | | | | % | Valor |
| A | 3.441.275 | 19.513 | 3.460.788 | 0,5% | (17.304) |
| B | 396.736 | 55.977 | 452.713 | 1,0% | (4.527) |
| C | 438.678 | 43.330 | 482.008 | 3,0% | (14.460) |
| D | 94.590 | 22.225 | 116.815 | 10,0% | (11.681) |
| E | 8.119 | 19.307 | 27.426 | 30,0% | (8.228) |
| F | 10.269 | 15.127 | 25.396 | 50,0% | (12.698) |
| G | 29.990 | 20.980 | 50.970 | 70,0% | (35.679) |
| H | 57.315 | 103.637 | 160.952 | 100,0% | (160.952) |
| Total | 4.476.972 | 300.096 | 4.777.068 | | (265.529) |

| 2014 | | | | | |
|----------------|---------------------------|---------------------|-----------|------------------------------------|-----------|
| Nível de risco | Contratos em curso normal | Contratos em atraso | Total | Provisão mínima (Res. nº 2.682/99) | |
| | | | | % | Valor |
| A | 3.661.550 | - | 3.661.550 | 0,5% | (18.308) |
| B | 386.104 | 31.516 | 417.620 | 1,0% | (4.176) |
| C | 559.809 | 45.082 | 604.891 | 3,0% | (18.147) |
| D | 157.610 | 44.368 | 201.978 | 10,0% | (20.198) |
| E | 7.599 | 14.320 | 21.919 | 30,0% | (6.575) |
| F | 10.021 | 12.407 | 22.428 | 50,0% | (11.214) |
| G | 3.972 | 10.483 | 14.455 | 70,0% | (10.119) |
| H | 77.385 | 79.143 | 156.528 | 100,0% | (156.528) |
| Total | 4.864.050 | 237.319 | 5.101.369 | | (245.265) |

O Banco adotou como política não classificar operações de crédito com nível de risco “AA”.

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial no período | 246.782 | 280.221 |
| (Reversão)/Constituição | 69.369 | (2.920) |
| Constituição por conta de reclassificação de operações anteriormente lançadas a prejuízo (1) | - | 53.764 |
| Créditos baixados contra prejuízo | (50.622) | (84.800) |
| Saldo final no período | 265.529 | 245.265 |
| Créditos recuperados | 23.793 | 24.811 |

- (1) As operações de crédito que já haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação e que foram objeto de renegociação e acordos, classificadas nas contas patrimoniais com nível de risco “H”, passando a figurar no balanço patrimonial.

g. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------|------------------|------------------|
| A vencer: | | |
| Até 30 dias | 146.088 | 162.074 |
| De 31 a 60 dias | 150.175 | 165.522 |
| De 61 a 90 dias | 163.581 | 189.936 |
| De 91 a 180 dias | 514.084 | 554.240 |
| De 181 a 360 dias | 653.664 | 676.270 |
| Subtotal | 1.627.592 | 1.748.042 |
| Acima de 360 dias | 3.059.899 | 3.281.212 |
| Total | 4.687.491 | 5.029.254 |
| Vencidas: | | |
| Até 30 dias | 22.262 | 22.418 |
| De 31 a 60 dias | 14.638 | 12.258 |
| De 61 a 90 dias | 8.783 | 6.946 |
| De 91 a 180 dias | 19.375 | 12.423 |
| De 181 a 540 dias | 24.519 | 18.070 |
| Total | 89.577 | 72.115 |
| Total geral | 4.777.068 | 5.101.369 |

h. Garantias

Em 30 de junho de 2015 e 2014, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas e alienações fiduciárias, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário.

i. Renegociações e prorrogações

O Banco no decorrer normal das operações, continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes.

O Banco aplica também as normas introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional-CMN nos termos das resoluções por meio das quais foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas em 2011, 2012 e 2013.

O volume total de créditos renegociados durante o semestre foi de R\$ 68.120 (R\$ 130.661 em 30 de junho de 2014).

7 Outros créditos - diversos

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|--------------|
| Impostos e contribuição a compensar | 18.691 | 8 |
| (-)Desconto em aquisição de créditos sem coobrigação | (1.055) | - |
| Títulos e Créditos a Receber (1) | 1.569 | 1.414 |
| Devedores por depósitos em garantia | 5.672 | 4.204 |
| Devedores diversos - País | 370 | 691 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 590 | 716 |
| Outros | 34 | 115 |
| Total | 25.871 | 7.148 |

(1) Refere-se a compra de recebíveis com características de concessão de crédito (vide Nota 6).

8 Obrigações por empréstimos

a. Empréstimos no País - outras instituição

Em 30 de junho de 2015 e 2014 a composição da carteira está demonstrada como segue:

| Contraparte | Emissão | Vencimento | Taxa de juros | 2015 | 2014 |
|--|------------|------------|---------------|-------------------|----------------------|
| IBBA | 22/11/2013 | 21/11/2014 | 2,05% a.a. | - | 49.243 |
| Banco Rabobank International Brasil S.A. (1) | 09/10/2012 | 09/10/2017 | 2,82% a.a. | <u>561</u> | <u>531</u> |
| Total | | | | <u>561</u> | <u>49.774</u> |

(1) Pagamento de juros e principal realizados anualmente.

b. Empréstimos no exterior

Em 30 de junho de 2014 está representada por 1 captação no exterior junto ao Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. “Rabobank Nederland” sob a forma de empréstimo em moeda estrangeira no valor nominal de US\$ 50.000, sobre os quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

| Principal (em US\$) | Emissão | Vencimento | Taxa de juros | 2014 |
|---------------------|------------|------------|---------------|----------------|
| 50 milhões | 20/02/2014 | 20/02/2015 | 0,77% a.a. | <u>110.432</u> |
| Total | | | | 110.432 |

9 Obrigações por repasses do País

Representados por recursos provenientes do BNDES, por meio da sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos até 2024 com incidência de encargos financeiros pré-fixados de 2,50% a 13,95% ao ano e pós-fixados de 3,25% e 4,00% acrescidos de TJLP. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

| Finame/BNDES | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Vencimento até 3 meses | 349.966 | 336.738 |
| Vencimento de 3 meses a 12 meses | 965.558 | 979.502 |
| Vencimentos acima de 12 meses | 2.956.611 | 3.165.638 |
| Total | 4.272.135 | 4.481.878 |

10 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão para contribuição social sobre o lucro (vide nota 12) (1) | 104 | 1.640 |
| Provisão para imposto de renda sobre o lucro (2) | 12.083 | 3.695 |
| Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 12 b) | 36.970 | 61.031 |
| Impostos e contribuições sobre salários a pagar | 1.865 | 2.020 |
| COFINS a pagar | 991 | 989 |
| Provisão para riscos fiscais (vide nota 13) | 1.773 | 1.383 |
| ISS s/serviços a pagar | 313 | 448 |
| PIS a pagar | 161 | 161 |
| Outros impostos e contribuições | 74 | 191 |
| Total | 54.334 | 71.558 |

- (1) Na provisão para contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 4.476 (R\$ 8.243 para 30 de junho de 2014) está deduzido os pagamentos por estimativas de R\$ 4.372 (R\$ 6.603 para 30 de junho de 2014) restando o valor a pagar de R\$ 104 (R\$ 1.640 para 30 de junho de 2014).
- (2) Na Provisão para imposto de renda sobre o lucro no valor de R\$ 21.586 (R\$ 10.344 para 30 de junho de 2014) está deduzido os pagamentos por estimativas de R\$ 9.503 (R\$ 6.649 para 30 de junho de 2014) restando o valor a pagar de R\$ 12.083 (R\$ 3.695 para 30 de junho de 2014).

b. Diversas

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| VRG recebido antecipadamente (1) | 132.336 | 271.175 |
| Outros passivos contingentes (2) | 49 | 3.073 |
| Provisões para passivos contingentes (vide nota 13) | 23.529 | 5.965 |
| Provisão para pagamentos a efetuar (3) | 71.117 | 40.129 |
| Recebimentos de cobrança a repassar (4) | 486 | 3.266 |
| Outros valores a pagar | 2.190 | 1.979 |
| Total | 229.707 | 325.587 |

- (1) Refere-se a valores recebidos à título de valor residual garantido (VRG) antecipado das operações de arrendamento mercantil firmadas pelo Banco.
- (2) Refere-se a provisão adicional sobre o contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação (vide nota 22 b).

- (3) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados e outras despesas administrativas
- (4) Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo

| | 2015 | | 2014 | |
|--|---------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 10.780 | 10.780 | 71.104 | 71.104 |
| Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos | | | | |
| Diferenças Temporárias | 77.234 | 28.179 | (28.613) | (16.210) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 18.747 | 18.747 | (2.945) | (2.945) |
| Operações de crédito transferidas para prejuízo | (6.278) | (6.278) | (29.184) | (29.184) |
| Rendas a apropriar Op.de Crédito | 514 | 514 | (6.680) | (6.680) |
| Provisão para contingência | 1.298 | 1.298 | (2.420) | (2.420) |
| Superveniência de depreciação | 49.055 | - | (12.403) | - |
| Provisões Serviços Técnicos e Encargos | 16.540 | 16.540 | 21.422 | 21.422 |
| Outros | (2.642) | (2.642) | 3.598 | 3.598 |
| Diferenças Permanentes | 672 | 457 | 114 | 56 |
| Despesas não-dedutíveis | 672 | 457 | 114 | 56 |
| Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social | 88.686 | 39.416 | 42.606 | 54.951 |
| Compensação de prejuízo fiscal / base de cálculo CSLL negativa | - | (9.572) | - | - |
| Base de cálculo após a compensação | 88.686 | 29.844 | 42.606 | 54.951 |
| Imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 15% respectivamente, deduzidos dos incentivos fiscais | (21.586) | (4.477) | (10.344) | (8.243) |
| Crédito tributário | 19.309 | 2.791 | (7.153) | (2.431) |
| Total da provisão para imposto de renda e contribuição social | 2.277 | 1.686 | 17.497 | 10.674 |

b. Movimento dos créditos tributários e passivo diferido

Os créditos tributários no valor de R\$ 192.263 (R\$ 238.767 em 30 de junho de 2014) encontram-se classificados na rubrica “Outros créditos - diversos” e o passivo diferido no valor de R\$ 36.970 (R\$ 61.031 em 30 de junho de 2014) encontram-se classificados na rubrica “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias”. Sua movimentação durante o semestre está apresentada a seguir:

| | Ativo | | | |
|---|----------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| | Saldos em 31.12.2014 | Constituição / (realização) | Saldos em 30.06.2015 | Saldos em 30.06.2014 |
| Provisão para devedores duvidosos | 98.713 | 7.499 | 106.212 | 98.096 |
| Operações de crédito transferidas para prejuízo | 47.675 | (2.511) | 45.164 | 114.667 |
| Provisão para contingência | 9.621 | 519 | 10.140 | 4.169 |
| Rendas a apropriar Op. De Crédito | 4.726 | 206 | 4.932 | 7.304 |
| Base de Cálculo da CSLL Negativa | 1.436 | (1436) | - | - |
| Outros | 20.256 | 5.559 | 25.815 | 14.531 |
| Saldo | 182.427 | 9.836 | 192.263 | 238.767 |

| Passivo | | | | |
|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Saldos em 31.12.2014 | (Constituição) /realização | Saldos em 30.06.2015 | Saldos em 30.06.2014 |
| Superveniência de depreciação | (49.234) | 12.264 | (36.970) | (61.031) |
| Saldo | (49.234) | 12.264 | (36.970) | (61.031) |

c. Estimativas de realização

A Administração do Banco, fundamentado em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de sete anos. O valor presente do crédito tributário está apresentado como segue:

| | Total | dez/15 | dez/16 | dez/17 | dez/18 | dez/19 | dez/20 | dez/21 | jun/22 |
|---------------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Provisão s/operações de crédito | 106.212 | 7.966 | 15.932 | 15.932 | 15.932 | 15.932 | 15.932 | 13.276 | 5.310 |
| Créditos baixados como prejuízo | 45.164 | 3.387 | 6.775 | 6.775 | 6.775 | 6.775 | 6.775 | 5.645 | 2.257 |
| Provisão para contingências | 10.140 | 2.217 | 4.434 | 3.489 | - | - | - | - | - |
| Rendas a apropriar em atraso | 4.932 | 370 | 740 | 740 | 740 | 740 | 740 | 616 | 246 |
| Outros | 25.815 | 13.618 | 12.197 | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 192.263 | 27.558 | 40.078 | 26.936 | 23.447 | 23.447 | 23.447 | 19.537 | 7.813 |
| Superveniência depreciação | (36.971) | (10.715) | (14.171) | (8.556) | (2.689) | (792) | (48) | - | - |
| Total | 155.292 | 16.843 | 25.907 | 18.380 | 20.758 | 22.655 | 23.399 | 19.537 | 7.813 |
| Valor Presente | 101.585 | 14.793 | 20.393 | 13.105 | 13.534 | 13.539 | 12.816 | 9.809 | 3.596 |

O Banco não possui créditos tributários não registrados nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

O valor presente dos créditos tributários foi calculado utilizando a taxa de mercado interbancário.

12 Demandas judiciais

- **Ativos Contingentes:** nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- **Passivos Contingentes:** as provisões foram constituídas considerando os critérios descritos na Nota 3.k, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente, com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.
- **Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-funcionários que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente a partir do valor do pedido, e a probabilidade de perda, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos, matéria de direito e despesas esperadas relacionadas diretamente ao andamento de cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável.
- **Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionados em sua

totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remoto.

- **Processos de Natureza Fiscais e Previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de ações conjuntas promovidas pela Federação de Bancos referentes à majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho e visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas a título de aviso prévio indenizado. Os valores encontram-se integralmente provisionados com base no depósito judicial efetuado e são contabilizados na linha 'outros impostos e contribuições' na rubrica 'Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias'.
- **Pis e Cofins** - Em dezembro de 2014 o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. O processo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual aprecia a questão em recurso com repercussão geral reconhecida.

| Natureza | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|-------------------------|---------------|--------------|
| Cível | 4.490 | 2.247 |
| Fiscais/previdenciárias | 1.773 | 1.383 |
| Trabalhistas | 19.039 | 3.718 |
| Total | 25.302 | 7.348 |

Em 30 de junho de 2015, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R\$ 3.140 (R\$ 1.455 em 30 de junho 2014).

Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

| 2015 | | | | | | |
|-------------------------|---------------|--------------|----------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Provisão para passivos | 31/12/2014 | Adições | Atualizações monetárias | Utilização | Reversão | 30/06/2015 |
| Cíveis | 3.076 | 1.776 | - | (164) | (198) | 4.490 |
| Fiscais/previdenciárias | 1.589 | 115 | 69 | - | - | 1.773 |
| Trabalhistas | 17.077 | 2.510 | 424 | (659) | (313) | 19.039 |
| Total | 21.742 | 4.401 | 493 | (823) | (511) | 25.302 |

| 2014 | | | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|----------------------------|----------------|----------------|--------------|
| Provisão para passivos | 31/12/2013 | Adições | Atualizações monetárias | Utilização | Reversão | 30/06/2014 |
| Cíveis | 6.105 | 1.697 | - | (900) | (4.655) | 2.247 |
| Fiscais/previdenciárias | 1.197 | 141 | 45 | - | - | 1.383 |
| Trabalhistas | 2.054 | 2.817 | 132 | (150) | (1.135) | 3.718 |
| Total | 9.356 | 4.655 | 177 | (1.050) | (5.790) | 7.348 |

13 Resultado de Exercícios Futuros

Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

| 2015 | | | | |
|------------------------|--------------|---------------|----------------|---------------|
| Rendas Antecipadas | 31/12/2014 | Entradas | Apropriações | 30/06/2015 |
| Arrendamento mercantil | 2.192 | 521 | (1.145) | 1.568 |
| Financiamento* | 2.243 | 21.980 | (3.494) | 20.729 |
| Total | 4.435 | 22.500 | (4.639) | 22.297 |

| 2014 | | | | |
|------------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Rendas Antecipadas | 31/12/2013 | Entradas | Apropriações | 30/06/2013 |
| Arrendamento mercantil | 5.438 | 705 | (2.885) | 3.258 |
| Financiamento | 2.845 | 1.013 | (1.347) | 2.511 |
| Total | 8.283 | 1.718 | (3.232) | 5.769 |

* Em 2015, o modelo de parceria entre o Banco e os fabricantes parceiros foi alterado, causando um aumento no saldo de Rendas Antecipadas.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o capital social, totalmente subscrito, está representado por 456.767.074 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Lucros/prejuízos acumulados

O lucro do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 6.817 (R\$ 42.933 em 2014).

O Banco constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 6.476 (R\$ 40.786 em 2014), após as deduções de 5% da reserva legal de R\$ 341 (R\$ 2.147 em 2014), visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco.

e. Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantia de futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

15 Receitas de prestação de serviços

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Rendas de prestação serviços-convênio (1) | 9.098 | 29.517 |
| Rendas de agenciamento de seguros (2) | 3.739 | 3.762 |
| Outras rendas de prestação de serviços | 146 | 1.035 |
| Total | 12.983 | 34.314 |

(1) Referem-se aos serviços prestados aos fabricantes e concessionárias na concessão de crédito para operações de financiamento agrícola.

(2) Referem-se aos serviços de agenciamento de seguros de máquinas e equipamentos provenientes dos financiamentos do Banco.

16 Despesas de pessoal

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesas com salários | (10.408) | (12.036) |
| Despesas com indenizações trabalhistas | (351) | (3.118) |
| Despesas com férias | (1.115) | (1.248) |
| Despesas com benefícios | (7.818) | (8.451) |
| Despesas com encargos sociais | (5.279) | (6.850) |
| Outras despesas | (1.866) | (224) |
| Total | (26.837) | (31.927) |

17 Outras despesas administrativas

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesas com emolumentos judiciais, cartoriais e outros | (3.429) | (5.001) |
| Despesas de seguros | (2.545) | (1.975) |
| Despesas com serviços de terceiros, manutenção e conservação | (2.792) | (6.978) |
| Despesas de processamento de dados | (2.253) | (1.564) |
| Despesas com serviços técnicos especializados | (19.388) | (40.332) |
| Despesas de comunicação | (907) | (1.319) |
| Despesas de promoções e relações públicas | (1.390) | (953) |
| Despesas de aluguéis | (1.227) | (2.087) |
| Despesas de viagem no país e exterior | (1.196) | (1.190) |
| Despesas de amortização e depreciação | (776) | (851) |
| Outras despesas administrativas | (2.967) | (3.425) |
| Total | (38.870) | (65.675) |

18 Outras receitas e despesas operacionais

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Outras receitas | | |
| Recuperação de seguro de máquinas e equipamentos (1) | 2.363 | 2.386 |
| Recuperação de despesas (2) | 5.972 | 1.725 |
| Reversão de provisões para passivos contingentes | 512 | 5.790 |
| Reversão de provisão outros passivos (3) | 2.228 | 2.693 |
| Rendas com variação monetária ativa | 1.464 | 273 |
| Outras rendas operacionais | 25 | 308 |
| Total | 12.564 | 13.175 |
| Outras despesas | | |
| Despesas com variação monetária passiva | (1.070) | (297) |
| Despesas com provisões passivos contingentes | (4.286) | (1.697) |
| Outras despesas operacionais | (366) | (936) |
| Total | (5.722) | (2.930) |

- (1) Referem-se aos valores recuperados de clientes referentes a pagamentos de prêmio de seguros de máquinas e equipamentos em atraso.
- (2) Referem-se recuperação e reversão de provisões de despesas administrativas.
- (3) Referem-se a reversão de provisões oriundas do contrato de garantia parcial de convênio de coobrigação (vide nota 22.b)

19 Partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda, uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo Rabobank International.

As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue:

| | | |
|--|-------------|-------------|
| Transações com a controladora indireta | | |
| De Lage Landen Internacional B.V. | 2015 | 2014 |
| Passivo: | | |
| Despesas de serviço técnico especializado | 34.053 | 12.955 |
| Resultado: | | |
| Despesa de serviço técnico especializado | (10.828) | (22.464) |
| Transações com outras partes relacionadas | | |
| Banco Rabobank International Brasil S.A. | 2015 | 2014 |
| Ativo: | | |
| Aplicação em operações compromissadas (Nota 4) | 512.406 | 314.915 |
| Aplicação em depósitos interfinanceiros (Nota 4) | - | 123.177 |
| Passivo: | | |
| Obrigações por empréstimos no país | 561 | 531 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | - | 12.746 |
| Resultado: | | |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 30.633 | 18.551 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 8.093 | (9.930) |
| Despesa de empréstimos no país | (87) | (49) |
| Receitas de prestação de serviços | 12 | 12 |

Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. "Rabobank Nederland"

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------|-------------|
| Passivo: | | |
| Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 8) | - | 110.432 |
| Resultado: | | |
| Despesa de empréstimos e repasses no exterior | (11.147) | (5.540) |

Transações com entidades com influência significativa sobre o Banco.

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| Resultado: | | |
| Receitas de prestação de serviços (1) | 10.076 | 7.950 |

(1) Receita de operações subsidiadas com concessionários conveniados

Remuneração do pessoal-chave da administração

O Banco define como pessoal chave, membros da diretoria e gerência, que compõem os diversos comitês estratégicos, alinhados com o modelo de governança corporativa do Banco. Os valores destinados para essa responsabilidade estão definidos como remuneração fixa, a qual compõe os vencimentos contratuais individuais dos funcionários e remuneração variável a título de bonificação, substanciada por administração de performance, apurado anualmente. O Banco não mantém outro tipo de remuneração junto a seus colaboradores.

| | 2015 | 2014 |
|----------------------|-------------|-------------|
| Total pró-labore | 1.044 | 306 |
| Totais salários | 2.600 | 4.935 |
| Remuneração variável | 793 | 1.883 |
| Contribuição INSS | 56 | 65 |
| Total | 4.493 | 7.189 |

Outras informações

- (a) O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
- (b) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho de administração, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

20 Limites operacionais

O Banco opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do BACEN, inclusive quanto a alterações posteriores.

| Composição dos ativos ponderados | Basiléia III 2015 | Basiléia II 2014 |
|--|------------------------------|-----------------------------|
| Total do ativo ponderado pelo risco (RWA) | 3.821.833 | 4.319.464 |
| Ajuste para derivativos (CVA) | - | 1.535 |
| Risco de mercado - Carteira Trading (RWACAM) | 484 | 4.225 |
| Total do ativo ponderado pelo risco (RWA e CVA)) | 3.822.317 | 4.325.224 |
| Percentual de cálculo da Basiléia | 11% | 11% |
| Patrimônio líquido exigido para os ativos | 420.454 | 475.775 |
| Risco Operacional | 29.920 | 26.728 |
| Patrimônio líquido exigido | 450.374 | 502.503 |
| Patrimônio Referência | 814.116 | 770.665 |
| (-) Ativos diferidos | (9.005) | (3.862) |
| Patrimônio Referência ajustado nível I | 805.111 | 766.804 |
| Capital Principal | 805.111 | 766.804 |
| Parcela RBAN | 2.493 | 1.806 |
| Margem | 351.811 | 262.520 |
| Índice - Total | 19,54% | 16,79% |

21 Estrutura de gerenciamento de risco

A Gestão de Risco é considerada uma atividade estratégica no Banco. A Área de Riscos é responsável pela divulgação, implementação e adoção das políticas, sob orientação da Diretoria e acompanhamento da área de Controles Internos. A implementação e aplicação dessas políticas se dá nas respectivas áreas executoras. Sendo: a Área de Crédito para análise e concessão de crédito; Risco de Mercado e Liquidez pela Área Financeira e Risco Operacional em toda organização, monitorado e acompanhado pela Diretoria de Risco e Comitê Risco - LRC.

O monitoramento é realizado através de relatórios gerenciais trimestrais preparados pelas Áreas de Risco e Financeira, os quais são apresentados à Diretoria com análise específica, comentários e recomendações elaboradas pela Área de Riscos sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos e os direcionamentos e ações propostas.

Os principais riscos relacionados às operações do Banco são risco de crédito, risco de mercado e risco operacional:

- Risco de crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução nº 2.682/99, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.
- Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.
- Risco de mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com os dispositivos da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a

aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

Sua atual estrutura contempla um Diretor Estatutário eleito em Assembléia Geral, analista devidamente treinado e experiente no mercado além da Gerência de Crédito para acompanhamento e monitoramento de Risco de Crédito e Operacional, e da Diretoria Financeira para Risco de Mercado.

Preocupado com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco instituiu uma política corporativa que versa sobre o Gerenciamento do Risco Operacional. A referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basiléia III, ratificados no Brasil pelas Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 4.090/12 do CMN e dispositivos complementares.

O sistema de Gerenciamento de Risco Operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos.

Cabe a Área de Gestão de Riscos a responsabilidade pela gestão central do Risco Operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas a correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.bancodll.com.br (não auditado).

22 Outras informações

- a.** Despesas tributárias referem-se, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, no valor total de R\$ 913 (R\$ 1.055 em 30 de junho de 2014), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4% no valor total de R\$ 5.618 (R\$ 6.493 em 30 de junho de 2014), e ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% no valor total de R\$ 1.558 (R\$ 3.329 em 30 de junho de 2014).
- b.** O Banco firmou um contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação. As comissões estão registradas na rubrica “Receitas de Prestação de Serviço” e a provisão para perdas, quando necessária, é contabilizada na rubrica “Outras Obrigações - Diversas”. As parcelas honradas estão registradas na rubrica “Avais e fianças honradas” (vide Nota 6.a) e a provisão para perdas para estas parcelas está registrada na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (vide Nota 6.a).
- c.** Não houve perda de *impairment* reconhecida durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014.
- d.** O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus Colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 210 em 30 de junho de

2015 (R\$ 324 em 30 de junho de 2014). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida.

- e. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da Contribuição Social para 20,00% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de varias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei reduzindo ou elevando a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo, não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015.